

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.907 - SC (2019/0251270-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : AUTOPISTA LITORAL SUL S/A**  
**ADVOGADO : RAFAEL DE ASSIS HORN - SC012003**  
**RECORRENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**  
**- ANTT**  
**RECORRIDO : LOURDES ONDINA LOHN**  
**RECORRIDO : TIAGO VIDAL LOHN**  
**ADVOGADO : FABIANA CRISTINA DA SILVEIRA PEREIRA -**  
**SC032282**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Verifico que o presente recurso envolve controvérsia objeto das Teses n. 126, n. 184, n. 280, n. 281, n. 282 e n. 283, firmadas em julgamentos de recursos repetitivos por esta Corte, bem como das Súmulas n. 12/STJ, 70/STJ, 141/STJ e 408/STJ.

Ocorre que, em questão de ordem acolhida no REsp n. 1.328.993/CE, a 1ª Seção, ante o julgamento de mérito da ADI n. 2.332 pelo Supremo Tribunal Federal, determinou, com fulcro no art. 1.037, II, do Código de Processo Civil, a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional, consoante os fundamentos estampados na seguinte ementa:

***PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. RECURSOS REPETITIVOS. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI. ADEQUAÇÃO. NECESSIDADE. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. REVISÃO DAS TESES REPETITIVAS 126, 184, 280, 281, 282 E 283, BEM COMO DAS SÚMULAS 12, 70, 141 E 408 DO STJ. SUSPENSÃO NACIONAL. DETERMINAÇÃO.***

- 1. Em 17/6/2018, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito da ADI 2.332, estabelecendo balizas para a fixação da taxa de juros compensatórios incidente nas desapropriações, em termos diversos do entendimento adotado por esta Corte Superior nos precedentes obrigatórios.*
- 2. Diante de referido julgado, superveniente e em controle concentrado de constitucionalidade, faz-se necessária a adequação das Teses Repetitivas 126, 184, 280, 281, 282 e 283 e da Súmula 408 do STJ.*
- 3. Com fulcro nos arts. 927, § 4º, do CPC/2015 e 256-S, § 1º, do RISTJ, em atenção aos princípios da segurança jurídica, proteção da confiança*

*e isonomia, formula-se a presente questão de ordem.*

*4. Determina-se, com fundamento no art. 1.037, II, do CPC/2015 e por economia processual, inclusive para prevenção do ajuizamento de futuras ações rescisórias embasadas na coisa julgada inconstitucional, a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional a partir do momento em que a questão em tela - taxa de juros compensatórios aplicável às ações de desapropriação - se apresente, ressalvados incidentes, questões e tutelas interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento.*

*5. Questão de ordem acolhida, para fins de revisão de entendimento das teses repetitivas firmadas nos REsp's 1.114.407/SP, 1.111.829/SP e 1.116.364/PI.*

(QO no REsp 1.328.993/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 04/09/2018 – destaque meu).

Por fim, ressalte-se que a 1ª Turma desta Corte, na Questão de Ordem no REsp n. 1.653.884/PR, firmou orientação segundo a qual, nas hipóteses de devolução de recursos especiais à origem em razão de julgado do Supremo Tribunal Federal sob a sistemática da repercussão geral, cabe ao tribunal recorrido retornar os autos a este Tribunal Superior somente após o exercício do juízo de conformação, à luz do que vier a ser decidido pelo Pretório Excelso. *In verbis*:

***QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTA ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.***

*1. Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, influenciar no julgamento da matéria veiculada no recurso especial, conveniente se faz que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da celeridade e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem, para que nele se realize eventual juízo de retratação frente ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte. Precedentes: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/06/2017; e AgInt no AgInt no REsp 1.380.952/GO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 21/08/2017.*

*2. Ainda que parte das questões impugnadas no recurso especial sejam distintas daquela objeto da afetação pelo STF, aplicável se mostra, mutatis mutandis, o comando previsto no art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, cujo regramento determina seja julgada em primeiro lugar a matéria*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do especial apelo, relativamente ao resíduo não alcançado pela decisão dada em repercussão geral.*

*3. Questão de ordem encaminhada no sentido de que, presente a situação descrita nos itens anteriores, tendo sido determinada por este STJ a devolução dos autos à Corte recorrida, esta última, em sendo o caso, faça retornar os autos ao STJ somente após ter exercido o juízo de conformação frente ao que vier a ser decidido pelo STF na repercussão geral.*

(QO no REsp 1.653.884/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/09/2017, DJe 06/11/2017).

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que os processos permaneçam suspensos até a publicação da revisão dos acórdãos dos Recursos Especiais Repetitivos e das Súmulas acima identificadas, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora